

PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 060701/2017 PROCESSO Nº 060701/2017

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/07/2017 HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: às 08:30h (horário oficial de Brasília – DF)

LOCAL: Prefeitura do Município de Acará - Pará

O MUNICÍPIO DE AÇARÁ - ESTADO DO PARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ, com sede a Trav. São José nº 120, Bairro Centro, cidade de Acará/PA, por intermédio da Ilustríssima Senhora AMANDA OLIVEIRA E SILVA – Prefeita Municipal de Acará/PA, mediante Pregoeiro designado pela Portaria nº 040, de 02 de janeiro de 2017, publicada em 02 de janeiro de 2017, quadro de Avisos da Prefeitura Municipal do Acará – Pará, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo Menor Preço por Item, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no horário e data supracitados, na sala de abertura de licitações, sita à Trav. São José nº 120, Bairro Centro, cidade de Acará/PA, e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. Na ausência ou impedimento do pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela administração

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à seguinte legislação: Lei nº 10.520/2002; Decreto Federal nº 3.555/2000; Lei Complementar Federal nº 123/2006 e subsidiariamente, Lei Federal n° 8.666/1993 e demais legislação correlata, bem como, as exigências previstas neste

1. DO ÓRGÃO QUE AUTORIZA ESTA LICITAÇÃO.

UNIDOS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA 1.1. Esta licitação foi regularmente autorizada pela Ilustríssima Senhora AMANDA OLIVEIRA E SILVA – Prefeita Municipal de Acará, conforme consta no processo administrativo acima citado.

2. DO OBJETO

2.1. DO OBJETO

2.1.1. Constitui objeto deste Edital para futura contratação de empresa especializada para realizar serviços de coleta e transporte de resíduos hospitalar com destinação final em central de tratamento licenciada e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Acará/PA, conforme itens especificados no ANEXO I - Termo de Referência deste instrumento convocatório, por meio de fornecimento parcelado por um período de 12 (doze) meses e quando tiver necessidades de adquirir em quantidades suficientes para atender as necessidades desta Prefeitura Municipal.

2.1.1.1 - O prazo para a prestação dos serviços junto a Prefeitura Municipal de Acará, quando solicitada, será de segunda a sexta-feira a partir da data da ordem de serviços do objeto deste





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

Edital, caso não ocorra, a administração pública municipal tomará as medidas necessárias e cabíveis perante o prestador dos serviços.

- 2.1.2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas no Pedido ou Nota de Empenho, destinados a atender a Prefeitura Municipal de Acará.
- 2.1.3. Os itens listados no ANEXO I Termo de Referência, deste instrumento convocatório não serão necessariamente contratados em sua totalidade, pois que seus quantitativos são estimados, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura do
- 2.1.4. As licitantes para a qual for adjudicado item constante do ANEXO I Termo de Referência, e for convocada para a assinatura do contrato administrativo, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento do objeto referido no item até o término da vigência contratual.
- 2.1.5. Cumprem-nos alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários, que os mesmos não estão obrigados a fornecer previamente o objeto constante do ANEXO I - Termo de Referência, razão pela qual a Prefeitura Municipal de Acará não se responsabilizará por prejuízos financeiros sofridos em decorrência de tal atitude, não cabendo,
- 2.1.6. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado no ANEXO I -Termo de Referência, deste Edital, serve apenas como orientação, não constituindo, sob
- 2.1.7. O prazo para entrega do objeto, quando solicitada, será no máximo de 05 (cinco) dias contados a partir da data da ordem de serviços para fornecer o objeto deste Edital, caso não ocorro, a administração pública municipal tomará as medidas necessárias e cabíveis perante o

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas a serem realizadas com o fornecimento do objeto, decorrentes da execução deste processo, ocorrerão à conta da seguinte Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Acará, recursos estes previstos no orçamento do Município de Acará para o ano de 2017:

		and different act 2017.
DOTAÇÃO	PPOODAMA	
10.301.0014.2.037	PROGRAMA Manutenção dos Posteros	E. DE DESPESA
40.000.00	manuterição dos Postos e Cetro de Saúde	3.3.90.39.00
	Manutenção do Hospital Municipal de Acará	3.3.90.39.00

4. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:

4.1. Qualquer licitante ou pessoa poderá, através do fone/fax (91) 3732-1212 ou via e-mail: licitacao_acara@hotmail.com, solicitar esclarecimentos ou providências/impugnações, em até dois





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme preceitua o Art. 12, do Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, combinada com a Lei Federal nº 8.666/93.

- 4.2. As impugnações, obrigatoriamente, deverão ser formalizadas por escrito, devidamente assinadas, e protocolizada na Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Acará, localizada na Trav. São José nº 120, Bairro Centro, cidade de Acará/PA - Cep: 68.690-000, no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 4.3. Os questionamentos e impugnações serão respondidos e disponibilizados a todos os interessados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento.
- 4.4. O inteiro teor da resposta estará disponível através do fone/fax (91) 3732-1212 ou via e-mail: licitacao_acara@hotmail.com e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Acará/PA.
- 4.5. Os participantes poderão consultar diariamente através do fone/fax (91) 3732-1212 ou via email: licitacao_acara@hotmail.com para verificação de esclarecimentos neste Edital, especialmente no dia anterior a sua realização. inclusão de adendos
- 4.6. É de exclusiva responsabilidade do interessado à obtenção de adendos e/ou alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas relativas ao Edital.
- 4.7. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, salvo se as alterações realizadas, inquestionavelmente, não afetarem a formulação

5. ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: ONSTRUMDO UMA NOVA HISTORIA.

5.1. Esclarecimentos Iniciais:

5.1.1. Quando o quantitativo total estimado para o fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

5.2. Condições de Participação

- 5.2.1. Poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao objeto
- 5.2.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação
- 5.2.1.2. Não esteja sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- **5.2.2.** A licitante deverá possuir capital social ou valor do patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor global de cada item para esta licitação, devendo ser comprovado na data alterações.
- **5.2.3.** Quando da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.
- **5.2.3.1** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 43 do 204/2007.
- **5.2.3.2.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.2.3.2.1. Na hipótese acima descrita, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) vencedor do certame, prorrogáveis por ígual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
- **5.2.3.3.** A não-regular zação da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando adjudicar o objeto licitado ou ainda poderá ser revogada a licitação.
- **5.2.3.4.** Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser apresentadas, ainda, declaração de que detêm tal condição, segundo previsão do art. 11 do Decreto nº 6.204/2007, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar nº 123/06 e atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, podendo ser utilizado o modelo constante do **ANEXO VII**.
- **5.2.3.5.** A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista no subitem 14.1 deste edital.
- 5.2.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:





ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- 5.2.4.1. Servidor ou dirigente de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim, a empresa da qual tal, servidor ou dirigente seja, sócio, dirigente ou
- 5.2.4.2. Estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública
- 5.2.4.3. Empresa associada ou que tenha sido associada ao Consultor ou qualquer outra entidade que tenha elaborado o Termo de Referência;
- 5.2.5. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços de preços, independente do resultado do procedimento licitatório;
- 5.2.6. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Comissão Permanente de Licitação;
- 5.2.6.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 5.2.7. Nenhuma empresa ou instituição vinculada à entidade licitante será elegível para participar
- 5.2.8. Não será admitida nesta licitação a participação de:
- a) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma; RUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal,
- c) Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Municípios ou Distrito Federal;
- d) Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- e) Empresa que entre os dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito de voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja servidor público, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação desta licitação;
- f) Parentes da autoridade responsável pela homologação do procedimento (Acórdão nº 607/2011-Plenário, TC-002.128/2008-1, rel. Min-Subst. André Luís Carvalho, 16.03.2011);



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ PODER EXECUTIVO

- g) Deputados e Senadores, de modo direto ou indireto, segundo o art. 54, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Constituição Federal (Acórdão nº 1793/2011-Plenário, TC-011.643/2010-2, rel. Min. Valmir Campelo, 06.07.2011).
- **5.9.** O processo de habilitação obedecerá às disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 8.666/93, observadas as alterações determinadas pelo inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

6. CREDENCIAMENTO:

- **6.1** Horário de credenciamento: de 08h15min as 08h30min do dia 25/07/2017, não permitido o credenciamento de retardatários após o horário estipulado.
- **6.2.** Cada licitante far-se-á representar perante o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Acará por apenas uma pessoa, admitindo-se como representante o diretor, sócio com poderes de gerência cartório.
- **6.3.** A instituição de representante perante o Pregoeiro será realizada no ato da entrega dos documentos de credenciamento, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, ocasião em que o representante se identificará perante o Pregoeiro, entregando-lhe cópia autenticada em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação da Carteira de Identidade e dos documentos mencionados nos subítens 6.4 e 6.5, os quais serão analisados pelo ao Pregoeiro quando do início da sessão de abertura.
- **6.4.** Quando o representante for diretor ou sócio com poderes de gerência, deverá apresentar ao Pregoeiro, cópia autenticada em cartório competente ou pela Comissão Permanente de Licitação do contrato social ou alteração contratual na sua forma consolidada ou atá de assembleia geral da empresa licitante, a fim de comprovar a sua qualidade de representante legal, e ainda da cópia autenticada em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação da carteira de identidade.
- **6.5.** Quando o representante for pessoa habilitada por meio de procuração ou credenciamento, deverá entregar, ainda, ao Pregoeiro, cópia autenticada do documento exigido no item 6.4, bem como do documento de credenciamento, redigido na forma do **ANEXO IV**, ou do instrumento particular de procuração outorgado pela empresa licitante, com firma reconhecida e com a ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente.
- **6.6.** O licitante deverá apresentar declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação; a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. a qual deverá ser entregue no ato do credenciamento, podendo obedecer necessários.





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- 6.7. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal, junto ao Pregoeiro, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.
- 6.8. Todos os documentos relativos ao credenciamento de representantes devem estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos de habilitação

7. DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- 7.1. Os envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preambulo.
- 7.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL. PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/CNPJ PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE/CNPJ PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

- 7.2. Os envelopes deverão estar lacrados e rubricados, sendo abertos somente em público pelo 7.2. Os envelopes deveraciestas laciados en la laciados, pregoeiro e Equipe de Apoio, na data e hora determinada para o certame.

 Pregoeiro e Equipe de Apoio, na data e hora determinada para o certame.
- 7.3. Todos os documentos do interior dos envelopes Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS e Nº 02 -HABILITAÇÃO deverão estar encadernados, assinado e rubricados pelo representante legal da licitante e organizados sequencialmente em ordem cronológica, de acordo com o solicitado nos itens 08 e 09 do edital, sob pena de inabilitação e desclassificação.
- 7.4. Uma vez iniciada a abertura do envelope Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS, não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.
- 7.5. Não serão consideradas, para qualquer efeito, as datas em que tenham sido postados os envelopes, ou a entrega em local diferente do endereço indicado no subitem 7.1.

8. PROPOSTA COMERCIAL:

8.1. As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, de acordo com cada item discriminado, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

dos demais licitantes, prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observados o modelo constante do ANEXO III deste Edital, e deverão constar:

- 8.1.1. Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;
- 8.1.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data estipulada para a
- 8.1.3. Prazo de entrega será: Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para entrega do objeto no local requisitado. Havendo irregularidades ou reprovação do objeto a vencedora terá 24 (vinte e quatro) horas para solução do problema, contados a partir do recebimento da Ordem/Requisição de fornecimento;
- 8.1.4. Nome do Banco, agência e número da conta corrente do licitante;
- 8.1.5. Os preços deverão ser cotados considerando-se a entrega dos objetos licitados incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos acessórios.
- 8.1.5.1. As ofertas de preços deverão compreender o item constante do ANEXO I Termo de Referência, deste Edital, com preço unitário e total por item, não sendo permitidos valores superiores ao preço estimado pela administração municipal.
- 8.1.6. As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação bem como as divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, se estiver presente na sessão deverá assinar a proposta.
- 8.1.7. A proposta deverá conter valor unitário e global, para cada item constante do Anexo I, ou seja, a soma dos resultados da multiplicação das unidades pelos respectivos preços unitários, cotados em reais, com duas (02) casas decimais, à vista, validos para serem praticados desde a data de entrega dos envelopes, até o efetivo pagamento. Será desclassificada a proposta com preços manifestamente inexequível, nos termos do art. 48, Il da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 8.2. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para atender objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.
- 8.3. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.
- 8.4. Não serão aceitos envelopes via Correio, Fax ou qualquer meio postal.
- 8.5. As Propostas que estiverem em desacordo com o exigido no ANEXO III e item 08 serão consideradas desclassificadas.





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- 8.6. O licitante adjudicado da proposta de menor preço deverá entregar ao Pregoeiro, sua Proposta de Preço Ajustada ao Preço Final em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da sessão do Pregão Presencial ou de acordo com prazo estabelecido em Ata no dia do certame, sob pena de desclassificação, podendo ser encaminhada via e-mail: desclassificação.
- **8.7.** Prazo de Prestação/Contratual: O prazo de execução dos serviços será por 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Acará, a partir do ato da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com o interesse das partes contratantes;
- **8.9.** Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso. A ausência desta declaração implicará na pena de preclusão do direito de preferência de contratação do item adjudicado, conforme modelo **ANEXO VII**.
- **8.10.** A apresentação da Proposta Comercial implicará em plena aceitação por parte do licitante das condições e regras estabelecidas neste item 08:
- 8.11. A licitante vencedora devera OBRIGATORIAMENTE assinar o contrato através do

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens abaixo:

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: UNIDOS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.

- **9.1.1.** Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa Licitante devidamente autenticados em cartório ou por membros da Comissão Permanente de Licitação de Acará mediante a apresentação do original;
- 9.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **9.1.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).
- **9.1.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

Obs.: O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.

9.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 9.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da
- 9.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou municipal, relativo à sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto desta licitação.
- 9.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, ou do Distrito Federal, compreendendo os Seguintes documentos:
- 9.2.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, regularidade à Seguridade Social ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFBB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante;
- 9.2.3.2. Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- 9.2.3.3. Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- 9.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Lei nº.12.440, de 07 de junho de 2011).

9.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TECNICA:

- 9.3.1. Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, por intermédio de, no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privada acompanhados de 01 (uma) nota fiscal cada e autenticados em cartório, comprovando que já prestou ou presta serviço dessa natureza.
- 9.3.2. Alvará de Funcionamento;
- 9.3.3. Licença de transporte estadual para resíduos de serviços de saúde fornecida por órgão competente em nome da licitante;





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- 9.3.4. Licença para incineração de produtos perigosos (hospitalar) emitida por órgão competente em nome da licitante;
- 9.3.5. Certificado de inspeção para transporte de produtos perigosos (CIPP e/ou CIV);
- 9.3.6. Comprovação de registro e quitação da empresa no CREA de sua região;
- **9.3.6.1.** A Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA, devera obrigatoriamente contemplar como responsável técnico pelo menos 01 (um) Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental, conforme disposto no Art. 18 da Resolução do CONFEA nº 218, de 29/06/73, com adições da Resolução 447/2000 CONFEA e o mesmo deverá estar em seu quadro permanente;
- 9.3.7. Registro do responsável técnico, perante o CREA. A referida comprovação técnica dar-seá através da comprovação pela licitante proponente de possuir em seu quadro técnico permanente, profissional de nível superior detentos de atestado (s) técnico comprovando ter executado os serviços acima relacionados;
- 9.3.7.1. O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado através de registro profissional na carteira de trabalho acompanhada da cópia autenticada do registro do profissional no livro de registro de empregados da empresa ou através de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços;
- 9.3.8. Licença de funcionamento da vigilância sanitária emitida por órgão competente em nome da licitante;
- 9.3.9. Comprovação de disponibilidade dos veículos na frota da empresa, através de cópia autenticada do CRV ou cópia autenticado do contrato de arrendamento mercantil;
- 9.3.10. HABITE-SE, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar relativo à sede ou domicilio do licitante.
- 9.3.11. Certificado de Regularidade CR emitido pelo IBAMA;
- 9.3.12. Declaração de que possui estrutura e condições de fornecer o objeto.

OBS: Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos " em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos

9.4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta:





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- a) As empresas com menos de 01 (um) ano de existência ou mais de anos paralisadas, que ainda não tenha balanço final de exercício, deverão apresentar balanço de abertura e/ou demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido, relativos ao período de sua existência, sendo isenta a apresentação da capacidade financeira da empresa, devidamente registrado no Órgão competente na forma da legislação vigente;
- b) Os índices deverão ser demonstrados por cálculos efetuados por contador ou técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade CRC, os quais deverão ser extraídos da demonstração do Balanço Patrimonial devidamente registrado no Órgão competente na forma da legislação vigente, cujos documentos, balanço e demonstrativo, já deverão estar inclusos dentro do envelope de habilitação, sendo vedada a sua inclusão durante a sessão ou apresentação a posteriores;
- c) O balanço e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados por cópia do seu termo de abertura (autenticado), documento comprobatório de registro na Junta Comercial e termo de encerramento (autenticado), bem como o Certificado de Regularidade Profissional CRP, do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou a CRP atualizada. Poderá, também, ser apresentada cópia da publicação em jornal, devidamente autenticada.
- d) **DEMONSTRAR**, a boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou igual a 01 (um), resultante da aplicação das fórmulas abaixo, com valores extraídos de seu balanço patrimonial:
- d.1) Índice de Liquidez Geral (LG) major ou igual a 1, obtida pela formula:

UNIDOS GOPC + ELPINES UMA NOVA HISTÓRIA.

d.2) Índice de Solvência Geral (SG) maior ou igual a 1, obtida pela formula:

AT SG= -----≥ 1 PC+ELP

d.3) Índice de Liquidez Corrente (LC) maior ou igual a 1, obtida pela formula:

AC LC= ----≥ ′ PC

OBS: Os fatores constantes das fórmulas acima serão extraídos do balanço patrimonial exigido no item 9.4.1. deste Edital, em que:

AC - Ativo Circulante

RLP - Realizável em Longo Prazo

PC - Passivo Circulante

ELP - Exigível em Longo Prazo

AT - Ativo Total





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- 9.4.1.1. Para sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em cópia autenticada da publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação da sede da licitante;
- 9.4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do ligitante.
- 9.4.3. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial;
- 9.4.4. -Certidão Especifica que comproye existência de empresa registrada na Junta Comercial;
- 9.4.5. Certidão de Inteiro Teor emitida pela Junta Comercial;
- Observação: Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ.
- 9.5. Observações do item "Documentação de Habilitação"
- 9.5.1. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, (Anexo V).
- 9.5.2. No caso de a certidão conter a informação "Esta certidão só é válida no original", não será aceito na forma autenticada.
- 9.5.3. Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.
- 9.5.4. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias da expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o de validade superior ao convencionado, mediante juntada da norma legal UNIDOS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA
- **9.5.5.** A aceitação dos documentos obtidos via "Internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se a Equipe de Apoio do Pregão houver dúvida quanto à sua autenticidade.
- **9.5.6**. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da impressa oficial.
- 9.5.7. Na hipótese da apresentação de documentos originais, este serão anexados ao processo licitatório.
- **9.5.8.** Os documentos exigidos para habilitação, consoantes o estabelecido neste título, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- 9.5.9. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto nesse título inabilitará o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

10. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- **10.1.** No local dia e hora indicados no preambulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 10.2. Iniciada a fase de credenciamento, não será permitida a admissão de novas licitantes ao certame;
- **10.3.** O Pregoeiro e equipe de apoio farão os respectivos credenciamentos, na forma do disposto no **item 06**, dos representantes das licitantes presentes;
- **10.4.** O não credenciamento de representante por parte da licitante ou incorreção nos documentos deste excluirá a licitante do certame, e impedirá sua manifestação durante a sessão realizada neste certame.
- 10.5. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro:
- 10.5.1. Envelope contendo a Proposta de Preços;
- 10.5.2. Envelope contendo os Documentos de Habilitação;
- 10.6. Os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, serão rubricados pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes, ficando em poder do Pregoeiro;
- 10.7. Os Envelopes nº. 02 Documentos de Habilitação, mantidos lacrados, serão guardados sob a inteira responsabilidade do Pregoeiro, para posterior abertura, enquanto se processam os procedimentos de julgamento das Propostas de Preços;
- **10.8.** O Pregoeiro procederá à abertura das Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;
- 10.8.1. No tocante aos preços das propostas, serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor global orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários mensais e por escrito. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;
- 10.8.1.1. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço por item ofertado nas propostas com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições pré-estabelecidas, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o descrito no item 08 e ANEXO III, deste Edital;





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- **10.9.** Todas as propostas de preços serão rubricadas, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes, credenciados, das licitantes presentes à sessão deste Pregão;
- 10.10. Para julgamento e classificação das propostas será utilizado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para a execução dos serviços, as especificações técnicas, quantitativas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos;
- **10.11.** O Pregoeiro selecionará, dentre as propostas classificadas, para ingresso na fase de lances, o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até **10%** (dez por cento) à de menor preço;
- 10.12. Não havendo pelo menos três propostas de preços na condição definida no subitem 10.11., o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, seja qual for o número de licitantes;
- 10.13. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter preço melhor;
- 10.14. Caso 02 (duas) ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances;
- **10.15.** O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como os lances ofertados deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes inferiores à proposta de menor preço.
- 10.15.1 O Pregoeiro poderá ao longo da sessão de disputa de lances alterar o valor acima estipulado, conforme o caso, para mais ou para menos, ou mesmo dispensá-lo.
- 10.16. O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes selecionadas, na forma dos **subitens** 10.11 ou 10.13, a apresentar lances verbais, a começar pela autora da proposta escrita de menor preço, seguido das demais, em ordem decrescente de valor;
- 10.17. A etapa de lances será considerada encerrada quando, indagadas pelo Pregoeiro, todas as licitantes selecionadas manifestarem desinteresse em apresentar novos lances;
- 10.18. Declarada encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para esta etapa, na ordem crescente de valor, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado;
- 10.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- **10.20.** Com base na classificação citada no **subitem 10.10**, será assegurado direito de preferência às licitantes credenciadas, neste certame, como microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o §2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as seguintes regras:
- 10.20.1. O Pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, melhor classificada, dentre aquelas cujo valor cotado, seja igual ou superior até 5% (cinco por cento) do valor da proposta classificada em primeiro lugar, para que apresente preço inferior ao da proposta classificada em primeiro lugar, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência, nos termos do §3°, art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;
- 10.20.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do **subitem 10.20.1**;
- 10.20.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta classificada em primeiro lugar, será convocada para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor da proposta, se enquadre nas condições indicadas no subitem 10.20.1
- 10.21. Caso a licitante da proposta classificada em primeiro lugar, de acordo com a classificação de que trata o **subitem 10.20**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço;
- 10 22. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- 10.23. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada quando ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- 10.23.1. Será considerado aceitável o preço que não for excessivo;
- 10.23.1.1. São considerados excessivos os preços cotados que ultrapassarem o valor estimado pela Administração em mais de 10% (dez por cento);
- **10.24.** Se a oferta for considerada inaceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com a sua autora, e decidirá sobre a sua aceitabilidade, até a apuração de uma proposta considerada aceitável;
- 10.25. Concluída a etapa classificatória das propostas e lances verbais, e sendo aceitável a proposta de menor preço, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do Envelope nº "02", contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação, não cabendo desclassificar a licitante por motivo relacionado com a proposta de preço, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- **10.25.1.** A habilitação far-se-á com a verificação de que a licitante atende aos requisitos indicados no item "Documentação de Habilitação";
- **10.26.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora;
- 10.26.1. Na hipótese acima descrita, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, de acordo com a LC nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014;
- 10.26.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 10.26.1, implicará na decadência do direito a contratação.
- 10.27. Se a licitante não atender às exigências para a habilitação, será inabilitada, passando o Pregoeiro a convocar a oferta subsequente de menor preço; negociará com o seu autor a redução de preço, e decidirá sobre a sua aceitabilidade, em caso positivo, verificará as condições de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;
- 10.28. Todos os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes, credenciados, das licitantes presentes à sessão deste Pregão;
- 10.29. Ao encerramento da sessão, será lavrada Ata de Reunião, para assentamento de fatos relevantes que ocorreram, e que deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos representantes, credenciados, das licitantes presentes;
- 10.30. Toda e qualquer declaração feita pelos representantes das licitantes, credenciadas, deverá constar em Ata da sessão pública. Não terá validade qualquer reclamação posterior sobre assuntos relacionados com a sessão respectiva que não tiverem registro na referida Ata;
- **10.31.** Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas ou quando todos os licitantes forem inabilitados o Pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a alterações posteriores, para o recebimento de novas propostas;
- **10.31.1.** Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para a sua apresentação;
- 10.32. Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, examinar e verificar a aceitabilidade das





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

11. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recursos, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 11.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 11.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Acará Estado do Pará, órgãos de imprensa oficial e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.
- 11.7. O recurso administrativo deverá ser protocolado na Sala do Departamento de Licitações, sede da Prefeitura Municipal de Acará, localizada na Trav. São José nº 120, Bairro Centro, cidade de Acará/PA, Cep: 68.690-000, no horário das 09:00 às 13:00 horas.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- **12.1.** Recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor do item, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- **12.2.** Decididos os recursos porventura interpostos, e constatados a regularidade dos atos processuais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 12.3. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatório será convocado para assinar o contrato administrativo, no prazo e condições definidas neste Edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

12.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inc. XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato administrativo das demais cominações legais.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. Homologada a licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da adjudicação, será formalizado o contrato administrativo, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitar em fornecer o objeto pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.
- 13.2. A administração púbica convocará formalmente o fornecedor, no dia útil seguinte à publicação da homologação do certame com antecedência de três (03) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura do contrato administrativo.
- 13.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o contrato administrativo, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, convocara os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS UNIDUS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTORIA.

- 14.1. A execução do objeto do contrato administrativo será fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Acará, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do serviço referente ao objeto e de tudo dará ciência à Administração Pública Municipal, conforme artigo nº 67, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.2. A Prefeitura Municipal de Acará poderá a qualquer tempo recusar a prestação dos serviços, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no contrato administrativo ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.
- 14.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da firma contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Prefeitura Municipal de Acará ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo nº 70, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.





PODER EXECUTIVO

- 14.4. Os serviços serão prestados e realizados diretamente pelo licitante vencedor do litem da licitação, a Prefeitura Municipal de Acará, conforme sua localização comercial ou aonde for determinado.
- **14.5.** Os serviços serão prestados na forma e de acordo com as especificações do objeto descritos no **ANEXO** I **Termo de Referência**, deste Edital, na forma prevista no art. 73, inciso II

15. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1. O contrato administrativo decorrente deste processo poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

16.1. A empresa contratada obriga-se a cumprir os encargos constantes deste Edital, da Minuta do contrato administrativo e do Termo de Referência, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

17.1. A Prefeitura Municipal de Acará obriga-se a cumprir as obrigações relacionadas neste Edital e seus anexos.

18. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- **18.1.** Durante a vigência do contrato administrativo os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n. º 8.666/93.
- **18.2.** Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n. ° 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato administrativo e iniciar outro processo licitatório.
- **18.3.** A licitante contratada e a Prefeitura Municipal de Acará poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, nos termos do artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de custos e formação de preços e demonstrativo de encargos sociais e fiscais.

19. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

19.1. O Fornecedor terá o contrato administrativo cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:



Município do Acará ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- 19.1.1. A pedido, quando:
- 19.1.1.1. Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato administrativo, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 19.1.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 19.1.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de Acará, quando:
- 19.1.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 19.1.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 19.1.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- 19.1.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes do contrato administrativo;
- 19.1.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes do contrato administrativo;
- 19.1.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato administrativo ou nos pedidos dele decorrentes.

20. DO PAGAMENTO UMA NOVA

- **20.1.** O pagamento será efetuado em até trinta (30) dias após conferencia dos serviços executados e serão contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Prefeitura Municipal de Acará, desde que tenha ocorrido a total e efetiva realização do objeto da presente licitação, bem como tenha sido emitido o Termo de Recebimento dos Serviços.
- **20.2.** A área Administrativa da Prefeitura Municipal de Acará atestará a prestação dos serviços no documento fiscal correspondente, o que servirá como meio de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.
- 20.3. Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados.
- **20.4.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- **20.5.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

- **20.6.** A Prefeitura Municipal de Acará terá o direito de descontar de faturas e/ou quaisquer débitos da empresa contratada, em consequência de penalidades aplicadas.
- 20.7. É vedada a antecipação de pagamento.
- **20.8.** O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA na instituição por ela indicada Banco ____Agência ___ Conta Corrente nº.
- **20.9.** Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios:
- a) apresentação de nota fiscal ou fatura a serem encaminhada a Prefeitura Municipal de Acará, Estado do Pará, sito a Travessa São José nº120, centro, Acará/PA do fornecimento do produto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao seu vencimento;
- b) certificação (ateste) referente ao serviço executado, sob a responsabilidade do setor responsável pela fiscalização;
- c) verificação da regularidade fiscal da Contratada quanto às certidões de regularidade fiscal exigidas na Habilitação, quais sejam:
- I. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal;
- II. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- III. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, ou Certidão Pósitiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- **20.10.** A empresa deverá manter, durante todo o período contratual, a situação de regularidade junto a Contratante.
- **20.11.** Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento dos serviços executados, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.
- **20.12.** A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- **20.13.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de sua responsabilidade. Esse fato não será gerador de direito a atualização monetária.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO



PODER EXECUTIVO

21.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto deste contrato, o preço do item contratado será pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo (Anexo VIII), em até 30 (trinta) dias corridos do mês seguinte ao da prestação dos serviços, após a entrega e aceitação do objeto deste Edital, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota Fiscal/Fatura e Recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados.

22. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

- **22.1.** Homologado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante vencedor será convocado para firmar o termo de contrato administrativo, conforme minuta constante do **ANEXO VIII** no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da comunicação.
- **22.1.1.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Acará.
- 22.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato administrativo ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceito pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subsequentes e habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.
- **22.3.** O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Acará e o licitante vencedor, que incluirá as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e legislação pertinente para a fiel execução do objeto licitado.
- 22.4. A firma contratada deverá manter, durante a vigência do contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Prefeitura Municipal de Acará, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação, bem como reapresentar os documentos com prazo de validade expirado.
- 22.5. Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de Acará, no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora, durante o cumprimento do contrato administrativo, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas do referido contrato administrativo e podendo a administração pública municipal exercer seus direitos a qualquer tempo.
- **22.6.** A Prefeitura Municipal de Acará não aceitará ou receberá da empresa fornecedora qualquer entrega em desacordo com o previsto no contrato administrativo, podendo rescindi-lo nos termos do artigo 78, inciso I e aplicar o disposto no artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 23.1. A licitante ven cedora que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Acará, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.
- 23.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- **23.2.1. 0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30° (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato administrativo;
- **23.2.2. 20%** (vinte por cento) sobre o saldo do contrato administrativo, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- 23.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato administrativo, no caso da Contratada, injustificadamente, desistir do contrato administrativo ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.
- 23.3. O valor das multas aplicadas, de acordo com o estabelecido neste edital, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento das faturas devidas pela Prefeitura Municipal de Acará. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.
- 23.4. As sanções pre vistas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditorio e a ampla defesa.

24. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

24.1. Da Prefeitura Municipal de Acará:

- a) Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto contratado;
- b) Aplicar à Contratada penalidade, quando for o caso;
- c) Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato administrativo;
- d) Efetuar o pagamento à **Contratada** no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- e) Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.









PODER EXECUTIVO

24.2. Do Licitante vencedor:

- a) Prestar os serviços nas especificações contidas no contrato administrativo;
- **b)** Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços;
- c) Manter, durante a execução do contrato administrativo, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta;
- e) Prestar os serviços no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Prestar os serviços dentro dos padrões exigidos neste Edital.
- g) Responder por todos os ônus referentes à segurança e seguro dos veículos, para a prestação de serviço, como também, pagar os encargos trabalhistas, previdenciários fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato.
- h) Permitir a fiscalização da Contratada, através da inspeção nos serviços realizados em qualquer dia e hora fornecendo os esclarecimentos solicitados;

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- 25.1.1. Anexo I Termo de Referência;
- 25.1.2. Anexo II Planilha Orçamentária e suas Quantidades;
- 25.1.3. Anexo III Modelo de Proposta Comercial;
- 25.1.4. Anexo IV Modelo de Credenciamento/Procuração;
- 25.1.5. Anexo V Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- 25.1.6. Anexo VI Modelo de Declaração de Pleno Cumprimento aos Requisitos da Habilitação;
- 25.1.7. Anexo VII Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- 25.1.8. Anexo VIII Minuta do contrato administrativo.
- 25.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

- **25.3.** Toda documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- **25.4.** A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- **25.5.** Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de Órgãos ou de profissionais especializados.
- **25.6.** O Pregoeiro, no interesse da Administração Municipal, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.
- **25.7.** Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.
- 25.8. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta NIDOS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.
- **25.9.** A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- **25.10.** As decisões do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio serão publicadas no "Diário Oficial da União" e "Jornal de Grande Circulação", quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.
- **25.11.** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Acará revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- **25.12.** A Prefeitura Municipal de Acará poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.





PODER EXECUTIVO

25.13. Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal de Acará reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

- **25.14.** Cópia deste instrumento convocatório poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação, na Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Acará, localizada na Trav. São José nº 120, Bairro Centro, cidade de Acará/PA, até o antepenúltimo dia que anteceder a data do certame, sendo necessário que a empresa licitante faça o termo de retirada deste Edital.
- **25.16.** As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo que pode ser: via Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de ACARÁ ou pelo fone/fax (91) 3732-1212 e as publicações no Diário Oficial da União" e "Jornal de Grande Circulação", quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- **25.17.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato administrativo.
- 25.18. Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste Edital e/ou do Contrato Administrativo, fica eleito pelos licitantes o Foro da Comarca de ACARÁ Estado do Pará, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.

UNIDAGRA/PANIS de julho de 2017MA NOVA HISTÓRIA.

MARCELO SILVA DE SOUZA Pregoeiro





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

1. OBJETO:

- 1.1. contratação de empresa especializada para realizar serviços de coleta e transporte de resíduos hospitalar com destinação final em central de tratamento licenciada e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Acará/PA, em quantidade compreendida entre aquelas informadas no Anexo I, do presente Edital, quando deles a PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ tiver necessidade de adquirir em quantidades suficientes para atender a administração municipal.
- **1.2.** As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas no Pedido ou Nota de Empenho, destinados a atender as NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ.
- 1.3. Os itens listados no ANEXO I Termo de Referência, deste instrumento convocatório não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade, pois que seus quantitativos são estimados, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura do Contrato de Fornecimento.
- 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: De acordo com a NBR nº 12.808, os resíduos hospital ares (ou de serviços de saúde) são os resíduos produzidos pelas atividades de unidades de serviços de saúde (hospitais, ambulatórios postos de saúde etc.). Incluem os resíduos infectantes (classe A) como culturas, vacinas vencidas, sangue e hemoderivados, tecidos, órgãos, perfurocortantes, animais contaminados, fluídos orgânicos; os resíduos especiais (classe B), rejeito radioativo, resíduos farmacêuticos e resíduos químicos; e os resíduos comuns (classe C), das áreas administrativas, das limpezas de jardins, etc. Os resíduos de serviço de saúde constituem os resíduos sépticos os que contêm ou potencialmente podem conter germes patogênicos. São produzidos em serviços de saúde, tais como: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, clínicas veterinárias, postos de saúde etc. Este resíduo é constituído de agulhas, seringas, gazes, bandagens, algodões, órgãos e tecidos removidos, meios de culturas, animais usados em teste, sangue coagulado, luvas descartáveis, filmes radiológicos, etc. De acordo com a RDC ANVISA nº 306/2004 e a Resolução CONAMA nº 358/2005, são definidos como geradores de resíduos de serviços de saúde todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de campo; laboratórios analíticos de produtos para a saúde; necrotérios, funerária e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento, serviços de medicina legal, drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde, centro de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores, produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro, unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura, serviços de tatuagem, dentre outros similares. Além de reunir um





PODER EXECUTIVO

grande e variado número de portadores de doenças, a Casa de Saúde gera um volume de resíduos que são considerados perigosos à saúde e ao meio ambiente, portanto, a implantação de ações que minimizem estes impactos é fundamental. A realização de procedimentos, executados pela equipe de saúde nos usuários que buscam essa assistência, implica na produção de resíduos, que deve ser incluído no gerenciamento organizacional desses serviços. Ao normalizar e coordenar a cadeia de eventos que envolvem as atividades com os RSS, tal como acondicionamento, armazenamento, transporte e destino final, o hospital estará buscando o máximo de eficiência e de qualidade na assistência, com um mínimo de risco para os pacientes, os funcionários, os visitantes e para o meio ambiente, conforme determinação da Resolução n° 005, de 1993, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que ressalta a responsabilidade dos estabelecimentos de saúde, cabendo aos mesmos, o gerenciamento dos seus resíduos desde a geração até a disposição final. De acordo com a RDC nº 306 da ANVISA, o gerenciamento dos serviços de saúde pode ser assim definido: "Constitui-se em um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente." Por este motivo, torna-se indispensável o conhecimento sobre as características, bem como os riscos que envolvem os resíduos de serviço de saúde - RSS, haja vista que a minimização dos impactos, decorrentes da má gestão destes, só virá através do conhecimento, principalmente daqueles que manipulam estes materiais diariamente, fato que resultará em uma melhor qualidade ambiental e, por conseguinte, numa melhor qualidade de vida, haja vista que ambas estão inter-relacionadas. Diante de todo o exposto justifica-se a essencialidade do serviço e a necessidade da contratação de empresa especializada para o serviço de coleta, transporte e tratamento dos resíduos sólidos da saúde.

3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS:

- 3.1. Coleta e transporte de Residuos de Saúde; RUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.
- **3.1.1.** Define-se como coleta e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde, os serviços de recolhimento e transporte de resíduos sépticos gerados pelas unidades de serviços de saúde municipal, tais como Hospitais, unidades de saúde municipal (postos de saúde, centro odontológico, farmácia municipal e unidades da vigilância sanitária) e prontos Atendimentos municipais.
- 3.1.2. A coleta consiste nos grupos:
- 3.1.2.1. GRUPO A (POTENCIALMENTE INFECTANTES);
- **3.1.2.2.** GRUPO B (QΨÍMICOS);
- 3.1.2.3. GRUPO D (RESÍDUOS COMUNS);
- 3.1.2.4. GRUPO E (PERFURO CORTANTES).





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

- 3.1.3. A equipe para coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde deverá ser constituída por no mínimo de 1 (um) motorista e 1 (um) coletor.
- **3.1.4.** O veículo (carroceria baú) especial, destinado à coleta dos resíduos dos estabelecimentos de saúde, deverá estar provido de carroceria especial, fechada, revestida com material liso, impermeável, estanque, sem dispositivo compactador, que possua capacidade volumétrica mínima para atender a demanda do recolhimento de todos os resíduos de serviço de saúde gerados no Município de Acará/PA e que atenda a NBE 8413.
- **3.1.5.** Os resíduos recolhidos deverão ser devidamente acondicionados em sacos plásticos especiais, conforme NBR 9190 da ABNT, pelos próprios geradores.
- **3.1.6.** Os veículos de stinados a esses serviços deverão apresentar a identificação "Serviços de Coleta de Resíduos Hospitalares" em local de fácil visualização.
- **3.1.7.** Caberá à contratada manter fiscalização constante nos locais de armazenamento dos sacos plásticos, garantindo um adequado acondicionamento de acordo com as normas ambientais.
- 3.1.8. A Coleta dos resíduos de serviço de saúde terá frequência semanal;
- 3.1.9. A medição do serviço será efetuada por quilograma coletado e pesado na presença do fiscal do contrato e transportado até o local de tratamento definido pela contratante ou pelas partes.
- 3.2. Tratamento de Resíduos de Saúde,
- **3.2.1.** Define-se como tratamento de resíduos sólidos dos serviços de saúde, os serviços de incineração, autoclavagem, queima em micro-ondas ou outro processo aprovado pelos órgãos ambientais competentes.
- **3.2.2.** Consiste na queima de materiais em materiais em temperaturas elevadas (acima de 900°C). Utilizando uma quantidade apropriada de oxigênio para conseguir uma boa combustão do lixo. Os compostos orgânicos presentes em papéis, madeira e materiais plásticos, serão transformados em dióxido de carbono, vapor d'água e cinzas. Deve-se evitar que o lixo a ser incinerado contenha resíduos úmidos ou molhados (como casca de legumes e frutas). A presença destes resíduos provoca uma diminuição na temperatura do forno e perda de eficiência da queima.
- **3.2.3.** O processo deverá reduzir o volume do material em mais de 70%, diminuindo a necessidade de espaço para aterros.
- **3.2.4.** A incineração será realizada para eliminação de lixos perigosos como resíduos hospitalares e tóxicos, por exemplo. Em geral, a queima do lixo é realizada em usinas de incineração.



PODER EXECUTIVO

- 4 DOS LOCAIS DE RECOLHIMENTO SEMANAL DOS RESIDUOS: Hospital municipal de Acará e Unidades Básicas de Saúde do Município de Acará e demais estabelecimentos de Saúde conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Acará/PA, 03 (três) vezes por semana em conformidade com ordem de serviço emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Acará/PA.
- 5 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO: A fiscalização e gestão do contrato serão realizadas pela da Secretaria de Saúde para as Unidades de Saúde.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **6.1**. A coleta e o transporte externos consistern na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou destinação final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação da integridade física do pessoal, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.
- **6.2**. No ato do recebimento dos resíduos de serviços de saúde, a CONTRATADA deverá registrar em uma planilha o peso dos resíduos de cada ponto extra designado pela Prefeitura.
- **6.3.** A contratada deverá fornecer certificados de incineração dos resíduos comprovando a destinação correta e a fim de conferir publicidade à gestão de resíduos. O referido certificado conterá o nome da empresa prestadora do serviço, o nome do Município, o destino final dos resíduos recolhidos, data e assinatura do representante legal da contratada, dentre outros dados relevantes.
- **6.4.** A contratada deverá orientar a equipe de Vigilância em Saúde na elaboração do PGRSS de cada unidade de saúde.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: ONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.

- **7.1.** Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-las;
- **7.2.** Designar servidor (es) responsável (is) para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- **7.3.** Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- **7.4.** Cumprir com as obrigações acordadas em contrato, mais especificamente, honrar o pagamento dentro dos prazos fixados e repassar a documentação solicitada, necessária ao bom andamento dos trabalhos;





PODER EXECUTIVO

7.5. A fiscalização exercida pela contratante não exime a ADJUDICATÁRIA das responsabilidades administrativas, civis ou criminais, em decorrências da execução dos serviços, perante a administração pública ou terceiros.

8. RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

8.1. As despesas a serem realizadas com a aquisição dos produtos/serviços, decorrentes da execução deste processo, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Acará, recursos estes previstos no orçamento geral do Município de Acará/PA.

DOTAÇÃO	PROGRAMA	E. DE DESPESA
	Manutenção dos Postos e Cetro de Saúde	3.3.90.39.00
10.302.0014.2.040	Manutenção do Hospital Municipal de Acará	3.3.90.39.00





UNIDOS CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.





PODER EXECUTIVO

ANEXO II

PLANILHA DE QUANTIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

1. INTRODUÇÃO:

1.1. A Prefeitura Municipal de Acará necessita adquirir pneus para ônibus e maquinários destinados a Prefeitura Municipal de Acará.

2. OBJETIVO:

- **2.1.** A Prefeitura Municipal quer contratar Empresas Especializadas e Comprovadamente, Experiente no ramo, para fornecer o objeto desta licitação.
- 3. RELAÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:
- 3.1. Conforme abaixo, especificação técnica: listamos os produtos/serviços a serem licitados, em conformidade com sua

RELAÇÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS

4. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Conforme abaixo, listamos a planilha orçamentária dos produtos/serviços a serem licitados

PLANILHA DE QUANTITATIVOS

ITEM DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS UND QTD P.UNIT TOTAL 1 Coleta de residuos provenientes do Hospital Municipal KG 24.000 6,80 R\$163.200,00 2 Coleta de resíduos provenientes das Unidades Básicas de Saúde KG 24.000 R\$163.200,00 6,80 Transporte, tratamento e disposição final de resíduos provenientes de estabelecimento de saúde em Central de Tratamento licenciada pela 3 KĠ 24.000 6,80 R\$163.200,00 **SEMA TOTAL ESTIMADO** R\$489.600,00



UMA NOVA HISTORIA



Município do Acará ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

Α			
Prefeitura Municipal o	e Acará		
Sr. Pregoeiro			- -
Prezado Senhor:			
4			
Tendo examinado o	Edital, nós, a firma (non	ne da empresa)	ONDI
	com sede à	oprocen	, CNPJ n.º
para o obieto licitado	em conformidade com o Edi	tal mencionado o dos	amos a presente proposta
	Sin somonimadae com o Edi	tai mendidinado, e det	naramos que:
a) Os servicos do ol	ojeto licitado ofertados ater	intogralmente and	
especificação do Ane	xo I deste edital:	ide integralmente aos	s requisitos constantes na
	deste editar,		
b) Os precos cotados	incluem todos os custos e	donnona nacastri	
das obrigações decor	rentes da licitação, de acordo	uespesas necessana	s ao cumprimento integral
	lernes da licitação, de acordo	Journ us lotes do Ane	xo il deste edital;
c) Até a formalização	da contratação esta propos	to constituirá um co-	
observado as condiçõ	es do Edital	sta constituira urri con	ipromisso de nossa parte,
3,000	So do Londi,		And the second
d) Demais especificaç	ñes:		
any = amana aapaamaag			
- Forma de Pagament			
- Condição dos Serviç			
- Prazo de Execução o	los Servicos:	1	
- Validade da Proposta	os Serviços: Comercial:	CUNDO UMA N	OVA HISTÓRIA.
vandade da i Toposti	a Comercial.		
Local e Data:			
Nome e Assinatura do	roprocentente legal		
Papel timbrado do licit	neto		
i apoi limbrado do licit	ante		
		the state of the s	





PODER EXECUTIVO

ANEXO IV

MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

	A (nome da emp	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	complete name F	neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação
1	instrumento de man	G, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente ato, nomeia e constitui seu(s) Procurador/Representante(es), o Senhor(es)
	(nome, RG, CPF, na	ionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos
	poderes para junto	Preteitura Municipal de Acará, para praticar os atos necessários para
	represental a outo	Jante na licitacao na modalidade de PREGAO PRESENCIAL No.
	especiais para desis	dos recursos legais e acompanhando-os conferindo-lhes ainda nodoros
	demais condições, c	r de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e nfessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar
	quitação, podendo a	nda, substabelecer está para outrem, com ou sem reservas de iguais
	poderes, dando tudo	or bom firme e valioso.
	Local e Data:	
	Nome e Assinatura de	roproportants level
	Nome e Assinatura ut	representante legal NSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA.
1		
		마이트 보다 하는 것이 되었다. 그런 그들은 이 전에 가르고 하고 있다면 하는 것이 되었다. 그는 이 전에 가득하고 함께 가를 되었다.
		randra de la composição d La composição de la compo
	Papel timbrado do lici	ınte



à



PODER EXECUTIVO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTERIO DO TRABALHO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

Α	ւ (nome da emp	,		CNPJ n.º		. com sed	e à
	I-1	, neste a	ato representa	ıda pelo (s) (d	diretores ou sóc	nion com qualific	acão
CC	ompleta – nome,	RG, CPF, nac	ionalidade, es	stado civil n	rofissão e enc	dereco)	-
111	nteressada em par	licipar da licitaç	ao em epigra	afe que se p	rocessa no pro	ocesso administra	ativo
C	cima indicado, que	de residues	içao de emp	resa especi	alizada para ı	realizar serviços	de
lic	oleta e transporte cenciada e atende	r as necessida	ilospitalar co	om destinaça Staria Munici	ao final em ce	entral de tratame	ento
ре	enas da Lei, o que	segue:	ides da Secil	stalia Wiullic	ipai de Saude	de Acara/PA, so	b as
				e lawa kasa la masa k		***	
	a) Que até a p	esente data in	າexistem∛fatos	s impeditivos	para sua hal	ilitação no pres	ente
	processo iici	tatorio, assim	como, que	está ciente	da obrigator	iedade de decl	arar
	ocorrências p	osteriores;					
	h) Declara sob	es nenas da l'a	i au a an a				
	b) Declara, sob a Trabalho no	alle se refere	i, que se enco à observancie	onua em situa	ação regular pe	erante o Ministério (XIII do artigo 7º	o do
	Constituição I	ederal, não m	antendo em s	eu quadro d	e nessoal mon	ores de 18 (dezd	' da
	ands em nor	ario noturno d	de trabalho d	ou em servic	os peridosos	ou incolubres	não
	possumo am	ua, qualquer tra	apaino de mer	nores de 16 <i>(</i>	dezesseis) and	od insalubies, os, salvo na condi	cão
	de aprendiz, a	partir de 14 (qu	uatorze) anos.		/18/24 18\/28/4	TIOIVEA.	
			and the street of the second				3
							•
Lo	ocal e Data						•
Lo	ocal e Data:						•
Lo	ocal e Data:						•
		o representante	∍ legal				
	ocal e Data: ome e Assinatura d	o representante	∍ legal				
No	ome e Assinatura d		∍ legal				
No			e legal				
No	ome e Assinatura d		e legal				





PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ

PODER EXECUTIVO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

A (nome da emp		, C	NPJ n.º	1		com sede	àà
	, neste ato	representad	a pelo (s) (d	iretores o	u sócios co	an auglifia.	, u
completa – nome,	RG, CPF, nacion	alidade est	ado civil pr	oficeão e	endoroso	viii qualilicai	çau
Interessado em part	icipar da licitação	em enigraf	ado olvii, pi	000000	endereço)	 ,
indicado que visa a transporto do recid	contratação de e	mprosa con	e que se pr	ocessa n	o processo	administra	tivo
transporte de resid	une hoenitalar a	inhiesa esp	ecializada	para reali	ızar serviçe	os de colet	ае
transporte de resid	cidados da Sasa	om destinaç	ao finai em	central	de tratame	nto licencia	ada
e atender as neces	NO CHADDIMEN	etaria Wiunio	cipal de Sai	ude de A	cará/PA, D	ECLARO, s	sob
penas da Lei, O PLE	NO COMPRIMEN	IO AOS RE	QUISITOS L	DE HABIL	ITAÇAO.		
			/ 1945 S				
1 I - B - 1				la de la companya de			
Local e Data:							
			ne di Salaha di				
Nome e Assinatura d	o representante le	egal					
						18	
	I HALLENA CO	AND AND A RECEIPTION					
	- VINILATIO	CONSTR	VINUU U	MANC	MA HIST	IORIA.	
		Property Control					
₩** •							
			e e e introdución de la companya de La companya de la companya de				
Danal timbrada da liai	44-			1			
Papel timbrado do lici	tante						
		:					
				1			



à



PREFEITURA MUNICIPAL DO ACARÁ
PODER EXECUTIVO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060701/2017

)	Declaro, para fins legais, que a (nome da empresa), CNPJ
	, com sede à, que é microempresa/empresa
	pequello polle nos termos da legislação vigente inretendendo exercor o direito do mastera
	forma da LC n° 123/2006 e suas alterações.
	Local e Data:
	Nome e Assinatura do representante legal
	Topicocritaino legal
	Observes
	Observação:
	Este documento deve ser apresentado dentro do envelope da Proposta Comercial)
	THE TOTAL OF THE PROPERTY OF T
	Declaração exigida somente para empresa de pequeno porte e microempresa.
	Papel timbrado do licitante
	apor umorado do notarite



n.º de na



MINUTA DO CONTRATO

O Município de ACARÁ através de EUNIDO MUNICIPAL DE GAZAR	
O Município de ACARÁ, através da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, neste ato denominado CONTRATAN	TE,
represented no least support than the second of the second	-70,
representado pero(a) sitaj. AMANDA OLIVEIRA E SILVA, e de outro lado a empr	
inscrite no CNDI (MC) 1	
PST9Delected	
CONTRATADA, neste ato representada por, doravante denominada simplesme da Cédula de Identidade e CPF (MF) n.º	
e CPF (MF) n.º, celebram o presente contrato, do qual serão par	rtec
e CPF (MF) n.º, celebram o presente contrato, do qual serão par integrantes o edital do Pregão n.º/ e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e a CONTRATADA às pormes dissiplierando de CONTRATADA, sujeitando-se	200
as normal disciplinates has Leis nos x 666/1903 e 10 520/2002 e alternational	3 O ≈~~
posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:	oes
LÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO	
1. O presente contrato tem como objeto a Contração do empresa para malia.	
1. O presente contrato tem como objeto a Contração de empresa para realizar serviços de coleta e transporte residuos hospitalar com destinação final em central de tratamento licenciada.	de
residues nospitalar com destinação finar em central de tratamento licenciada.	
CI AUSTIL A SECTIMBA DOS PREGOS E PORTES	
CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO VALOR DO CONTRATO	
1 0	
1. Os preços dos serviços são aqueles constantes da Planilha apresentada pela CONTRATADA, sendo que o va	lor
total do contrato é de R\$(101
2. Os quantitativos indicados na Planilha constante do Anexo I do edital do Pregão n.º/ são meramer	nta
estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução	116
pagamento.	ou
3. As despesas oriunda do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária Exercício 2017 Ativida	
0901.103020014.2.040 Manutenção do Hospital Municipal de Acará, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outr	de
Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Exercício 2017 Atividade 0901.103010014.2.037 Manutenção dos Postos e Centro	os
Saúde, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica	de
Sanda y examination of the sanda service and the sanda service and	
LÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS	
EXCECLA - DOS PRAZOS	
1 A CONTRATADA Caratalana	
1. A CONTRATADA ficara obrigada cumprir os prazos apresentados em sua proposta e aceitos pela administração para execução dos serviços personas de aceitos pela administração personas execuçãos dos serviços personas de aceitos pela administração personas execuçãos dos serviços pela administração personas de aceitos pela administração personas execuçãos dos serviços pela administração pela administraçõe pela ad	ão
para execução dos serviços, contado do recebimento da autorização de serviço expedida pelo(a). ELINID	O
MUNICIPAL DE SAUDE.	•
2. Eventuais retrabalhos deverão ser iniciados em até 48 horas a contar da notificação da FISCALIZAÇÃO CONTRATANTE com projector de extra de contra de contr	do
CONTRATANTE, sem prejuízo de outros serviços autorizados para execução	10
CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL	
1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão nº / , realizado com fundamento na L	
n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei n° 8.666/93.	eı
2. 2. 2. 2. 2. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3. 3.	
CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	
CERSONOLIIS YOLINIA "DA BARCUCAU DU CUNTRATO	

TV SÃO JOSE N120

b Xb



1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. A vigência deste contrato será, contados da data da sua assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

	· ·	1 11 1	
1. Caberá ao CONTRATAN	TE:		
1.1 - permitir acess dos serviços constantes do ob	o dos técnicos da CONTRATADA às insti jeto;	lações do CONTRANTAN	TE para execução
1.2 - prestar as CONTRATADA;	informações e os esclarecimentos que	renham a ser solicitados p	pelos técnicos da
1.3 - rejeitar qua constantes do Anexo I do edit	alquer serviço executado equivocadamen al do Pregão n.º/;	e ou em desacordo com	as especificações
1.4 - impedir que ter	ceiros executem os serviços objeto deste c	ontrato;	
1.5 - solicitar que se Pregão n.º/;	ja refeito o serviço que não atenda às espe	cificações constantes do An	exo I do edital do
1.6 - disponibilizar simples, quando necessário; e	à CONTRATADA espaço físico em suas	dependências para a execu	ıção de trabalhos
1.7 - atestar as fatur erais do CONTRATANTE.	as correspondentes e supervisionar o serv	ço, por intermédio da Secre	etaria de Serviços
CT (TIGHT) OVER 171			

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

- 1. Caberá à CONTRATADA:
- 1.1 responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:
 - a) salários;
 - b) seguros de acidente;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vales-refeição;
 - f) vales-transporte; e

TV SÃO JOSE N120

y y



- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 1.2 manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 1.3 manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho no órgão, devendo substituir deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do
- 1.4 responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos móveis, e outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços alvo deste contrato;
- 1.5 arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus nicos no recinto do CONTRATANTE;
- 1.6 reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes ao objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais usados;
- 1.7 providenciar, sem quaisquer ônus adicionais para CONTRATANTE, o transporte do mobiliário a ser recuperado, tanto na saída quanto no retorno ao seu local de origem, seguindo, para tal, as normas de controle de movimentação patrimonial do CONTRATANTE;
- 1.8 devolver os móveis retirados para manutenção e reforma limpos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.9 refazer os serviços que forem rejeitados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- 1.10 reparar ou indenizar qualquer descaracterização de mobiliário decorrente de serviço executado pela CONTRATADA sem autorização prévia da Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE;
 - 1.11 usar a melhor técnica possível para a execução dos serviços objeto deste contrato;
- 1.12 não remover os bens e acessórios do local onde se encontram sem o consentimento prévio e por escrito de servidor do Serviço de Manutenção e Reparos ou da Diretoria Técnica de Patrimônio do CONTRATANTE, quando for o caso;
- 1.13 fornecer todo o material necessário à execução dos serviços objeto deste contrato, empregando sempre as materiais de primeira qualidade;
- 1.14 submeter à fiscalização do CONTRATANTE as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 1.15 comunicar à Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

TV SÃO JOSE N120

D

X



- 1.16 obter todas e quaisquer informações junto à Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE necessárias à boa consecução dos trabalhos;
- 1.17 manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

- 1. À CONTRATADA caberá, ainda:
- 1.1 assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 1.2 assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na regislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 1.3 assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e
- 1.4 assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
- 2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
- 1.1 É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a prestação dos serviços, objeto deste contrato;
- 1.2 é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 1.3 é vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 1. A execução dos serviços objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada por do CONTRATANTE, designado para esse fim.
- 2. O servidor do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução

TV SÃO JOSE N120



dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

- 3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade competente do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
- 4. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução deste contrato, desde que aceito pela Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação da execução dos serviços caberá à servidor do CONTRATANTE designado para fim representando o CONTRATANTE.

LÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DESPESA

1. A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto deste Pregão, está a cargo da dotação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura no Setor Financeiro da (o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, situado na Av. Governador Fernando Guilhon s/nº, para fins de liquidação e pagamento, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor, até o 30º (trigésimo) dia útil contado da entrega dos documentos.
- 2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.
- 3. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
- 4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação ranceira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de renalidade ao CONTRATANTE.
- 5. O prazo de pagamento da execução dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- 5.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$

onde:

EM = Encargos moratórios;

TV SÃO JOSE N120

A X



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX = > I = (6/100) = > I = 0,00016438$$

TX - Percentual da taxa anual = 6%

- 5.2 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.
- 5.3 O pagamento mensal dos serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei n.º 8,666/93, e verificação da gularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço RF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido ato o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- 1.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e
- 1.2 nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as expressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 1. O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.
- 2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 2.1 advertência:
- 2.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

TV SÃO JOSE N120

A X b



- 2.3 suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem
- 3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos itens 1 e 2 desta cláusula:
 - 3.1 pelo atraso na execução dos serviços, em relação ao prazo proposto e aceito;
- 3.2 pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da rejeição; e
- 3.3 por recusar refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo de 5 (cinco) dias úte is, contados da data de rejeição.
- 4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Lei n.º 8.666/93.
- 5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no Item 3 desta cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a rem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

- 1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
- 1.1 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 2. A rescisão deste contrato poderá ser:
- 2.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

TV SÃO JOSE N120

AX



2.2 - amigável, CONTRATANTE; ou	por acordo entre as parte	s, desde que haja con	veniência para a	Administração do
2.3 - judicial, nos t	ermos da legislação vigente	sobre a matéria.		
3. A rescisão administrativo competente.	a ou amigável deverá ser pro	ecedida de autorização e	escrita e fundame	ntada da autoridade
CLÁUSULA DÉCIMA NO	NA - DA VINCULAÇÃO A	AO EDITAL E Á PRO	POSTA DA CON	TRATADA
	vinculado aos termos do	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	4 11 1	
CLÁUSULA VIGÉSIMA -	DO FORO			
1. As questões decorrente serão processadas e julgadas que seja.	s da execução deste Instru no Foro da cidade de ACA	mento, que não possam RÁ, com exclusão de q	ser dirimidas ad ualquer outro, por	ministrativamente, mais privilegiado
2. E, para firmeza e valida forma, para que surtam um CONTRATANTE e CONTRA	ISO CICIO. AS MIXIS MENNIC	CO HOSE GOD OGGANOCAL	ato em 03 (três) v as pelos represen	ias de igual teor e tantes das partes,
	ACARÁ - PA, em de	de 20	017	
TESTEMUNHAS:	CONTRATANTE	CONTRATAD	A)	
2.				
			1	

TV SÃO JOSE N120

A X b